

Envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas

O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno universal, característico tanto dos países desenvolvidos como, de modo crescente, dos não desenvolvidos. Esse processo, que vem manifestando-se de forma rápida, porém distinta, entre os países ricos e pobres, traz grandes desafios para as políticas públicas, tanto em garantir a continuidade do desenvolvimento econômico e social, quanto em assegurar a equidade entre os grupos etários na participação dos recursos e do bem-estar social.

Nos países desenvolvidos, esse fenômeno deu-se de forma gradual, ao longo de mais de um século, acompanhado de um processo socioeconômico favorável e da consequente melhoria das condições de vida da população, que contou com um amplo sistema de proteção social. No entanto, esses países apresentam hoje intensas limitações na sustentabilidade financeira desse mesmo sistema de proteção social, em razão da forte elevação do contingente idoso, decorrente das baixas taxas de fecundidade e mortalidade. Países como a Alemanha e o Japão, por exemplo, já apresentam um crescimento negativo de sua população, havendo, em consequência, um encolhimento da força de trabalho, ampliando a razão de dependência. Cabe ressaltar ainda que, em alguns países, é o componente migratório que vem tendo papel importante no crescimento populacional.

Ao contrário, nos países em desenvolvimento, o processo de envelhecimento vem ocorrendo rapidamente, num ambiente socioeconômico pouco favorável à expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários, em especial para os idosos. Nesses países, a proteção social em geral sempre foi precária, não atingindo o conjunto da população. No caso do Brasil, o desafio mais imediato ainda é o da inclusão de milhões de trabalhadores que estão na informalidade e, portanto, não contribuem para o sistema previdenciário. O aumento crescente do contingente idoso levará, em futuro próximo, caso não sejam tomadas imediatas providências, ao esgotamento desse sistema.

O processo de envelhecimento da população brasileira, que vem ocorrendo intensamente nos últimos anos, em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — fecundidade e mortalidade — determinou importantes transformações na composição etária da População Economicamente Ativa (PEA), aumentando a proporção de pessoas adultas com 40 anos ou mais. Tal segmento, em período recente, passou a representar a parcela mais importante do conjunto de trabalhadores, interpondo novos desafios às políticas

públicas e sociais. Note-se que os segmentos mais jovens, o de 10 a 24 anos e o de 25 a 30 anos, vêm apresentando diminuição em suas participações. No entanto, o País ainda apresenta condições demográficas favoráveis, manifestas no chamado “bônus demográfico”, as quais indicam aumento da População em Idade Ativa (PIA) e, conseqüentemente, daquela que constitui a força de trabalho. A intervenção do Estado em políticas adequadas, que visem, antes de tudo, ao crescimento econômico e ao conseqüente aumento do nível de emprego, torna-se imprescindível para o aproveitamento da mão de obra disponível e o enfrentamento dos desafios gerados pela transição demográfica. Tudo indica, todavia, que muitas das oportunidades já foram perdidas, devido ao fato de as políticas apropriadas não terem sido implementadas em tempo hábil. Um exemplo refere-se à baixa qualidade do ensino, nos níveis fundamental e médio, oferecido aos jovens brasileiros, os quais estão hoje às vésperas de ingressar no mercado de trabalho.

Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) para os anos de 1993 e 2012 mostram que, neste último ano, os adultos com 40 anos ou mais compunham 42,7% da População Economicamente Ativa, estando 12,6 pontos percentuais acima da parcela registrada em 1993. Com isso, esse segmento, a partir do ano de 2003, passou a representar o grupo majoritário na PEA, ultrapassando a proporção observada entre os indivíduos adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos, os quais, tradicionalmente, detinham a maior parcela na PEA. Os contingentes mais jovens, os de 10 a 24 anos e os de 25 a 39 anos, apresentam quedas de 7,5 e de 5,1 pontos percentuais, respectivamente, no mesmo período. Considerando, ainda, a estimativa da população com 40 anos ou mais, tal evolução representa um incremento de 88,8% (382 mil pessoas), totalizando 812 mil indivíduos, de um total de 1.904 mil pessoas na PEA, em 2012.

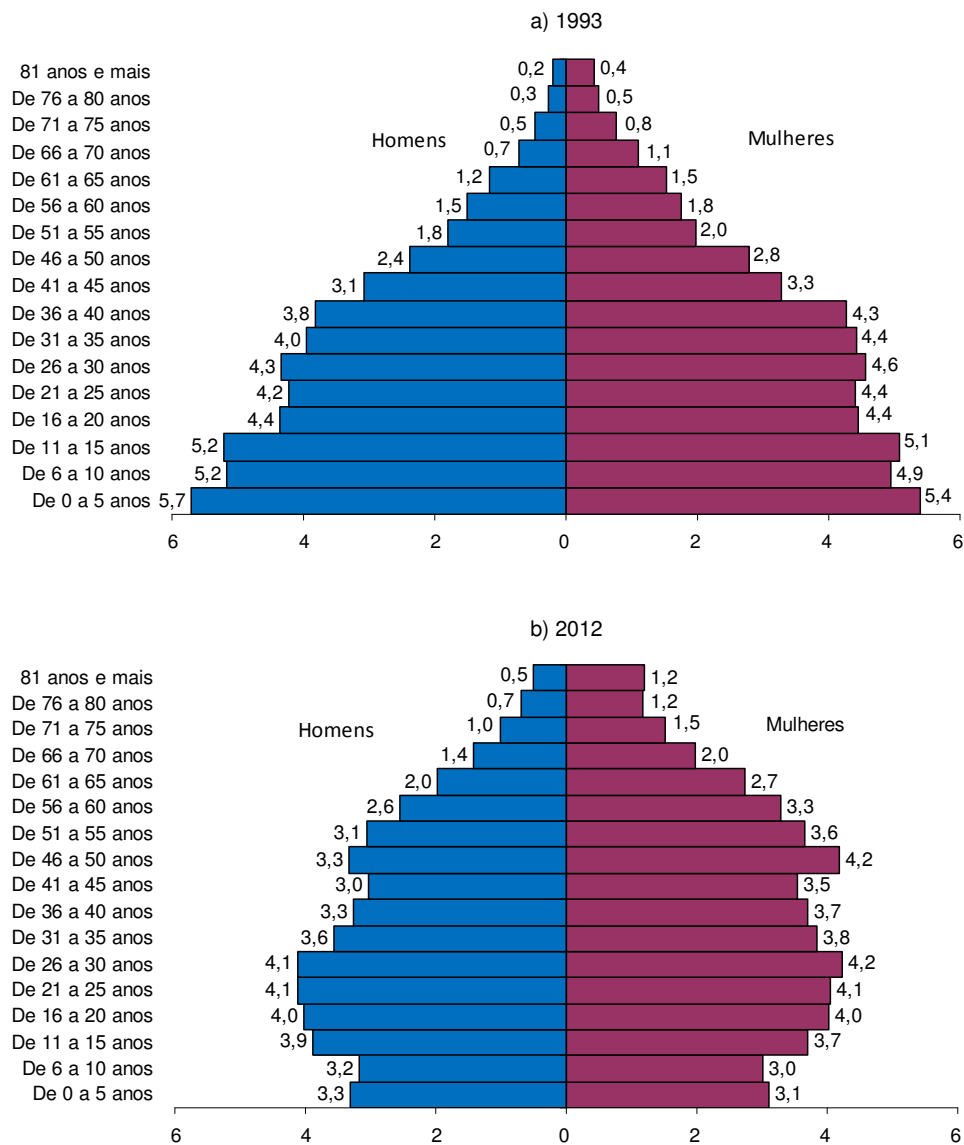
A par das alterações na esfera demográfica, é importante considerar a mudança de rumos da atividade econômica, sustentada por uma modernização produtiva através de tecnologias e técnicas organizacionais inovadoras, que demandam do trabalhador uma nova postura que exige tanto a aquisição de novos conhecimentos, quanto a existência de habilidades que são essenciais na integração ao processo produtivo. Nesse novo contexto, a qualificação passa a ser palavra de ordem no mercado de trabalho, exigindo como pré-requisito um nível de escolaridade mais elevado. Esse modelo atinge in-

discriminadamente todos os trabalhadores, ficando, no entanto, mais difícil a adaptação às novas mudanças por parte dos indivíduos com mais idade, inseridos, ao longo da vida profissional, em um modelo distinto de organização do trabalho, que não requeria essa maior qualificação. Além disso, eles terão que competir com os trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho, os quais já adquiriram uma formação mais voltada à nova realidade e às novas tecnologias.

Nesse contexto, a capacitação da força de trabalho torna-se um requisito essencial na conquista do equilíbrio social, econômico e intergeracional. A qualificação intelectual, técnica e profissional, atra-

vés da educação dos níveis básico e médio de qualidade, devem constituir-se como prioridade das políticas definidas à população jovem, uma vez que os jovens de hoje serão aqueles que terão que sustentar, no futuro próximo, o contingente de idosos. Por sua vez, a (re)qualificação profissional e a valorização do indivíduo no sentido mais amplo, através de uma educação permanente e continuada, devem constituir-se como prioridade das políticas voltadas à força de trabalho madura, com o objetivo de uma maior absorção dessa mão de obra e de obter melhores possibilidades e condições de trabalho, como o direito à integração laboral e social, ampliando sua incorporação ao sistema de proteção social.

Pirâmides etárias dos moradores da Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2012



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.
NOTA: Os dados têm como base o total de moradores.

Norma Herminia Kreling
Socióloga, Pesquisadora da FEE